

IMPACTOS DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EVANGÉLICA NA CULTURA ECONÔMICA BRASILEIRA LIBERALISMO E SELEÇÃO ECONÔMICA

Autores: Francesco Carli, Filipe Guimarães, Guilherme Silva

Colaboração: Matheus Corradi, Matheus L. Soares, Pedro H. de Oliveira, Thiago Suman, Victor H.

Resumo:

Existe, atualmente, ampla literatura que suporta a tese de que o neopentecostalismo estimula em seus fiéis um comportamento meritocrático, empresarial e liberal economicamente, o qual cresce dentro de comunidades religiosas de mútuo suporte e que pode impactar positivamente sobre a renda das populações evangélicas. O propósito deste artigo é trabalhar a hipótese de que estes ideais podem se difundir pela sociedade brasileira no longo prazo através de um processo de "seleção econômica", como definido por Max Weber, e, desta forma, contribuir para a formação de uma sociedade mais livre, rica e baseada na iniciativa privada.

Palavras-chave: Neopentecostalismo; população evangélica; seleção econômica; Max Weber.

Abstract

There is currently a large literature which supports the thesis that Neo Pentecostalism encourages in its followers a meritocratic, entrepreneurial and economically liberal behavior, which grows within religious communities of mutual support and that can positively impact the income of protestant populations. The purpose of this article is to work on the hypothesis that these ideals can be spread within Brazilian society in the long term through a process of "economic selection", as defined by Max Weber, and, in this way, contribute to the formation of a more free, rich and private initiative based society.

Keywords: Neo Pentecostalism; evangelical population; economic selection; Max Weber.

Introdução

A economia, apesar do que dizem os modelos neoclássicos, baseados em indivíduos racionais que maximizam sua utilidade, resulta de uma série de processos históricos, culturais e sociais que fogem ao escopo teórico das tradicionais formulações econômicas matemáticas. Afinal, como explicar que o estado de bem-estar social sucedeu no Japão e não no Reino Unido, sem recorrer às características culturais específicas do povo japonês, como a relação harmoniosa entre patrões e empregados e o senso de contribuição social que impede o abuso do sistema; ou que repetidas tentativas de implantação de políticas neoliberais tenham resultado em tumulto social, na Rússia dos anos 90 e no Brasil da greve dos caminhoneiros, enquanto, por outro lado, geraram maior crescimento econômico nos Estados Unidos e no Reino Unido?

Neste sentido, a Reforma Protestante foi considerada elemento crucial para o desenvolvimento da mentalidade racional ocidental - chamada por Weber de “espírito capitalista” - que possibilitou a gênese do capitalismo e a Revolução Industrial na Europa. Não só foram observados forte correlação entre desenvolvimento econômico e proporção de protestantes no país naquela época, como a teoria também serviu de base para explicar a disparidade econômica entre os países norte-americanos e os países latinos.

A teorização mais famosa neste aspecto é a de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. No livro, o sociólogo relacionou a cultura ibérica portuguesa com uma mentalidade emotiva e personalista, ligada à família e que tem dificuldades de criar associações racionais cujo constitutivo primordial não seja a unidade familiar, tais quais o estado burocrático e o mercado competitivo. Por causa desta dificuldade cultural em separar aspectos emotivos das relações sociais, o brasileiro cria instituições distorcidas e disfuncionais. Os exemplos dados por Buarque em seu livro são o vendedor que precisa fazer do cliente seu amigo

para fidelizá-lo e as relações nepotistas e patrimonialistas presentes na estrutura estatal brasileira. Países cujo cerne cultural descende da sociedade ibérica foram, desta forma, afligidos por instituições cronicamente falhas e rompantes históricos de autoritarismo (BUARQUE DE HOLANDA, 1936).

Além disso, a cultura católica ibérica tem aversão ao trabalho, principalmente o manual, e estimula em sua classe média a fixação em profissões liberais e públicas ou, no limite, em posições de vida que minimizem o esforço e maximizem a renda rentista. Nos países de cultura protestante, em contraste, ambas a facilidade de associação racional e a valorização do trabalho permitiram a construção de sociedades ricas e de instituições fortes. Jesse Souza chamou o “homem carismático” de Buarque de o “inverso perfeito do protestante ascético” como definido por Max Weber” (SOUZA, 1998).

É dando continuidade a esta discussão acadêmica, portanto, que o crescimento da população evangélica brasileira, majoritariamente neopentecostal, suscita questões sobre seus possíveis impactos no perfil social do país. Toda mudança cultural, por sua vez, impacta o ambiente econômico, dado o profundo entrelaçamento e confusão entre as fronteiras desses dois campos de estudo.

O protestantismo histórico é, na literatura sociológica clássica derivada de Max Weber, apontado como fator crucial no desenvolvimento de uma mentalidade capitalista no mundo ocidental. A religião, nesta proposição, induz em seus fiéis um comportamento ascético, de vida regrada e trabalhadora, o que resultaria não intencionalmente na profusão posterior do “espírito capitalista” por toda a sociedade, através de um processo de “seleção econômica”. Outra tese que se convencionou no meio acadêmico, e que foi abordada por autores como Sascha O. Becker e Ludger Wößmann, no que diz respeito à ligação empírica entre desenvolvimento econômico e a proporção de protestantes na população, relaciona

a religião à formação de capital humano. Nesta hipótese, a exigência protestante da leitura pessoal da Bíblia, como forma de independência em relação às Igrejas e padres para o entendimento da Sagrada Escritura, teria estimulado um maior alfabetismo e desenvolvimento de sistemas educacionais em regiões de maioria protestante.

Contudo, estas abordagens parecem inapropriadas para a análise do ambiente sociorreligioso brasileiro atual. O neopentecostalismo e o pentecostalismo diferem do protestantismo clássico de tantas maneiras que suas consequências podem ser análogas às de uma religião completamente diferente. A educação como prioridade em suas famílias já não é dada com certeza; as análises, separadamente, de Francisco Anuatti-Neto e de Nina Menezes Cunha indicam um prejuízo líquido educacional em filhos de pais neopentecostais. Também não são restritos à ideia de trabalho árduo como fim de agradar a Deus sem qualquer tipo de conforto material terreno. Pelo contrário, consideram o ganho material sinal da bênção divina e prezam o conforto e o consumo como sinais de ascensão social.

Qual seria, então, a relação entre o crescimento do neopentecostalismo no Brasil e a performance econômica de seus adeptos? A ideologia da prosperidade, de fato, estimula em seus seguidores um comportamento empresarial, baseado no mérito e esforço como bases do sucesso econômico, independente da ajuda estatal. O propósito deste artigo é defender que, por meio de um processo de seleção econômica, tal qual o que ajudou a difundir o ascetismo originalmente, a ideologia liberal neopentecostal pode se difundir para os outros segmentos da sociedade brasileira e deixar de ser circunscrito à uma minoria religiosa, beneficiando, no longo prazo, o crescimento econômico nacional.

Este artigo está dividido em 4 partes: a primeira descreve o perfil religioso da população brasileira atual como base empírica para a análise social e econômica posterior; a segunda relaciona

as diferentes teses atuais para o sucesso econômico do protestantismo, confrontando-as, contudo, com aspectos culturais e sociais do neopentecostalismo que podem inviabilizá-las como explicações satisfatórias; a terceira parte é a defesa da tese do artigo; e, por fim, a quarta parte é a conclusão.

1. Perfil religioso da população brasileira

De acordo com o Censo de 2010, os católicos perdiam 1% de seus fiéis a cada ano, enquanto os evangélicos aumentavam à taxa de 0,7%⁷. O número de católicos se manteve estável por um século, variando de 99,7% da população em 1870 para 91,8% em 1970, para então declinar rapidamente, perfazendo 64,6% da população em 2010. Já os evangélicos, no período de 1970 a 2010, saltaram de 5,2% para 22,2% da população brasileira¹⁶. O grupo de protestantes históricos (luteranos, presbiterianos, metodistas, batistas etc) manteve-se estável entre 2000 e 2010, compondo 4,1% e 4% da população, respectivamente¹⁶. No mesmo período, pentecostais e neopentecostais aumentaram de 10,4% para 13,3%¹⁶. Um dado mais recente do Datafolha, de 2017, estima os católicos como cerca de metade da população, e os evangélicos como 30%². Segundo o mesmo censo, a Assembleia de Deus possui 12,3 milhões de seguidores no país, enquanto o número para a Universal é de 2 milhões.

O protestantismo também cresce, majoritariamente, em regiões periféricas e em populações de baixo nível social. Na periferia de São Paulo, a relação entre evangélicos e católicos é de 52 para 100, enquanto no núcleo da cidade é de 38 para 100⁷. Além disso, o fenômeno de perda de confiança na Igreja Católica não é circunscrito ao Brasil, sendo característico de toda a América Latina. No Chile, por exemplo, o número de católicos caiu de 74% em 1996 para 45% em 2017⁷.

1.1 O neopentecostalismo e a ideologia da prosperidade

O protestantismo se desenvolveu no Brasil em três ondas: o pentecostalismo (1910-50), o deuteropentecostalismo (1950-70) e o neopentecostalismo (desde 1970) (MARIANO, 1999). Cada uma destas correntes enfatiza um aspecto diferente dos dons dados pelo Espírito Santo, respectivamente o da língua, o da cura e o da luta contra o Diabo e seus demônios. O surgimento do neopentecostalismo nos Estados Unidos está relacionado com a doutrina da Confissão Positiva, a qual dita que a palavra do fiel tem poder de moldar a realidade e, destarte, estimula a fala como instrumento de poder divino.

O apelo do pentecostalismo, de ascetismo extremado, sobre as camadas pobres da população se esvaiu à medida que seus fiéis começaram a ascender social e economicamente, o que lhes possibilitou padrões de consumo material antes inconsistentes com seu nível de renda. Foi neste contexto que surgiu a teologia da prosperidade nos Estados Unidos dos anos 40, doutrina que abandonou a tensão clássica do sofrimento na Terra como meio de garantir o paraíso no pós-vida. Em uma nova interpretação da Bíblia, os abençoados por Deus encontram riqueza, saúde e felicidade em sua vida terrena, desde que tenham fé ilimitada, paguem o dízimo e trabalhem arduamente. Esta forma de pregação adequou-se às igrejas carismáticas - o neopentecostalismo americano - e de lá se expandiu para o Brasil nos anos 70.

Teologicamente, os neopentecostais diferem de tal modo de seus antecessores pentecostais e protestantes clássicos que, quando analisados sociologicamente, exprimem uma cultura religiosa discrepante em seus dogmas e consequências. A começar pela teologia da prosperidade, renegam o sofrimento terreno e pregam que é possível alcançar prosperidade material, sucesso e poder com base apenas na crença do poder das palavras. Segundo, comportam-se como firmas capitalistas,

estruturadas com marketing agressivo e em busca da maximização de receitas. Terceiro, conceituam o dízimo em uma relação de custo-benefício com Deus, a qual envolve “dar para receber”; desde que o dízimo seja pago em dia, Deus tem a obrigação de recompensar seu fiel materialmente e proporcionalmente à sua contribuição à Igreja.

A última relação expressa é verificada nos discursos neopentecostais pela substituição de palavras como “pedir”, “suplicar” e “rogar” por “decretar”, “determinar” e “ordenar” – em nome de Jesus – o cumprimento da promessa dada por Deus de que recompensa seus mais ardorosos seguidores. Seus pastores caracterizam-se por pedidos explícitos e agressivos pelo máximo de contribuições possíveis, mesmo que excedam a porcentagem de 10% ou a renda mensal dos fiéis, como forma de angariar dinheiro e permitir a contínua expansão religiosa. O cenário em igrejas neopentecostais é muitas vezes caracterizado, de certa forma, por irracionalidade, com relatos de pessoas que doam todo ou a maior parte de seu patrimônio para as Igrejas.

O rico, na doutrina da prosperidade, é aquele que é mais abençoado por Deus, dada sua prosperidade material. De fato, a doação de grandes somas às Igrejas em cultos é sinal de prestígio social, enquanto a impossibilidade de fazer o mesmo é cercada por constrangimento. Como observou Ricardo Mariano, “A despeito de serem majoritariamente pobres, os neopentecostais nunca fizeram elogios nem atribuíram significado redentor à pobreza” (MARIANO, 1999).

A transição do catolicismo para o neopentecostalismo foi catalisada pela transição de uma sociedade rural para um mundo urbano e industrial (PASSOS, 2009). Enquanto no ambiente rural vigora uma comunidade mutualista, adequada ao dogma católico de conformismo social e transcendência espiritual apenas no pós-vida, a marginalização social característica da cidade fortaleceu o discurso de que o êxito espiritual realiza-se já em vida, o que possibilitou

as demandas e aspirações por ascensão social vindas dos grupos oriundos do campo e posteriormente segregados na favela. Ser pobre, na nova mentalidade evangélica, deixa de ser pré-requisito para a salvação e passa a ser condição social inferior, da qual o próprio pobre toma consciência. Foi neste contexto que as igrejas neopentecostais, ligadas a ideias liberais e à valorização do mercado de consumo, encontraram solo fértil para crescer. Não por acaso o neopentecostalismo costuma ser chamado de filosofia do “empoderamento”.

No novo dogma neopentecostal, as mazelas sociais não são mais naturais, e sim resultado de forças malignas, e “livrar-se de problemas e outros infortúnios passou a ser uma questão de opção e não mais de convicção religiosa” (PASSOS, 2009). Pelo mesmo processo de desnaturalização da pobreza e de sua relação com a falta de esforço passou a Inglaterra no século XVIII. A influência do dogma protestante contribuiu para a modificação de leis sociais como a Poor Law (“Lei dos Pobres”), tornando obrigatório o trabalho em troca do benefício governamental.

Outrossim, as igrejas neopentecostais replicam um ambiente de integração social, acolhendo pessoas que se sentem à deriva em um mundo de competição desenfreada, ambientes familiares desestruturados e comunidades desintegradas. Funcionam, desta forma, como empresas, competindo pelos fiéis e oferecendo chances de reavaliação da vida através do esforço e da superação. Muitos chamam esta dinâmica de “mercado de religiões”. Como sumarizado por Passos: “Em síntese, observa-se que, nas regiões onde há prevalência das condições de miserabilidade e omissão do estado, a presença do pentecostalismo é mais atuante” (PASSOS, 2009).

2. Teses clássicas para a associação entre protestantismo e desenvolvimento econômico.

2.1 Weber: Protestantismo como alicerce do “espírito capitalista”

No clássico *Ética Protestante e “Espírito”*

Capitalista, Max Weber observou um fato histórico então já conhecido: a relação entre protestantismo e desenvolvimento econômico. Como notou, a proporção de protestantes entre os proprietários do capital e os trabalhadores mais qualificados era maior do que esta mesma proporção na sociedade como um todo. Em outras palavras, havia alguma ligação entre protestantismo e a nova burguesia característica do capitalismo industrial recém-surgido.

A originalidade da tese weberiana consistiu em atribuir a relação de causalidade desta relação a fatores endógenos à religião, próprios de sua doutrina, e não a externalidades históricas e políticas como até então havia sido feito. Para o autor, o protestantismo, principalmente em sua corrente calvinista, ditava em seus fiéis um profundo senso de comportamento ascético. Por ascetismo se entende aqui uma resignação aos prazeres da vida em detrimento do trabalho como um meio de satisfazer a vocação do ser humano que lhe foi atribuída por Deus (WEBER, 2004 [1905]).

A riqueza ainda era condenada pela religião, mas apenas no sentido em que tentava o homem a abandonar seu trabalho e a se render ao ócio e ao luxo. Desde que se vivesse uma vida parcimoniosa e laboriosa, a aquisição de riqueza não era mais um pecado. O trabalho tornou-se, desta forma, um meio de cumprir a vocação divina, uma atividade que se deveria realizar da melhor forma possível. O tempo, portanto, é infinitamente valioso, dado que todo tempo desperdiçado poderia ser aplicado no cumprimento do propósito de Deus na Terra. Neste raciocínio estavam os primórdios da racionalidade capitalista posterior, em que todo tempo desperdiçado é dinheiro perdido - ou seja, o lazer envolve o custo de oportunidade de não trabalhar.

O comportamento ascético estimulado pelo protestantismo seria, desta forma, precursor do “espírito capitalista”, que representava o completo abandono de antigas concepções de vida eudaimonistas em favor de uma nova concepção: o aumento da riqueza como fim em si mesmo.

hedonistas e eudaimonistas em favor de uma nova: o aumento da riqueza como fim em si mesmo. Passado o período inicial de fervor religioso, o caráter religioso do ascetismo se perdeu e, progressivamente, o ascetismo se transfigurou em espírito capitalista. Religião e ascetismo foram assim apenas portadores de um comportamento inédito na sociedade, e sua presença não foi necessária após a disseminação da nova cultura.

Como Weber ressalta, o comportamento sem escrúpulos sempre existiu, pois é próprio da natureza humana. Por “espírito capitalista” o autor não se referia à ambição, e sim a uma forma de racionalidade maior, calcada em um objetivo de existência. Não o ganho pecuniário e riqueza como meios para alcançar o prazer e a felicidade, mas como fins em si mesmos. O contínuo ganho de dinheiro, concomitante com a privação do uso do mesmo além do necessário à realização de uma vida modesta, é o ideal a que Weber se referia.

Talvez o mais importante, Weber distinguiu entre o sistema socioeconômico capitalista e a cultura capitalista. Podem existir sociedades capitalistas em sua organização do trabalho e da produção, mas em que o “espírito” capitalista ainda não é predominante, assim como o contrário. São complementares ou, no linguajar da biologia, constituem uma espécie de mutualismo facultativo. O “homem carismático” de Sérgio Buarque de Holanda, até hoje a caricatura do Brasileiro médio, é a representação de uma cultura ainda não totalmente subordinada pelo capital.

2.2 Efeitos do protestantismo na formação de capital humano

Dentre as abordagens diversas à de Weber está a de Sascha Becker e Ludger Woessmann (2009), focada na observação da Alemanha antiga. Os autores desenvolveram a hipótese de que o luteranismo, ao enfatizar a importância de que todo fiel seja capaz de ler e entender a Bíblia, contribuiu para a maior alfabetização, literal e funcional, entre a população protestante. Não só isso, mas a religião enfatizava a necessidade de

educação de qualidade para todo fiel, o que levou a maiores investimentos educacionais em regiões protestantes e consequente queda do preço da educação básica e maior satisfação oriunda de seu consumo para os religiosos. Em suas palavras,

‘Combining the two effects, a simple economic model predicts that when optimizing individual utility, in equilibrium Protestants will have more education on average than Catholics because they have lower costs and higher benefits of schooling’ (BECKER, 2009)¹

Todos estes aspectos contribuíram para a melhoria do capital humano, um dos principais fatores de produção e, destarte, para o aumento da produtividade econômica. Ao mesmo tempo, os efeitos normalmente citados na tese weberiana – trabalho longo e árduo e maior taxa de poupança – teriam, na pesquisa dos autores, efeitos econômicos quase nulos.

Afora a leitura da Bíblia e a valorização da educação, também já foram citados como causas do benefício educacional protestante o maior investimento parental na família, ambiente social positivo proveniente da comunidade religiosa e menores uso de drogas e propensão à gravidez entre jovens (POTTER, 2014), (VERONA, 2011). Contudo, quando observadas as estatísticas brasileiras, estes efeitos parecem restritos ao protestantismo histórico. Francisco Anuatti-Neto, analisando o Censo Demográfico de 1991 e um grupo de mulheres brasileiras entre 40 e 45 anos, concluiu que filhos de mulheres protestantes tradicionais possuem um desvio positivo de 10,3% em sua educação quando comparados aos filhos de mães católicas. Filhos de mães neopentecostais, contudo, possuem um desvio negativo de 9,2% em relação aos filhos de mães católicas (ANUATTI-NETO, 2014).

Outra pesquisa, desta vez com jovens da região metropolitana de Belo Horizonte, realizada

por Nina Menezes Cunha em 2012, também encontrou efeitos educacionais negativos associados às famílias neopentecostais. Em um modelo econométrico com base em alunos da oitava série, em que um desvio padrão negativo de 1,5 representa o desempenho em matemática de um aluno da quarta série, ser pentecostal está associado a um desvio padrão negativo entre 0,17 e 0,21.

Ser neopentecostal é ainda pior, com desvios negativos para matemática entre 0,28 e 0,39. Jovens filhos de mães que mudaram de religião apresentam um desvio padrão negativo de 0,20. Para o desempenho em português, protestantes históricos apresentam um DP positivo entre 0,14 e 0,28, o que pode indicar o efeito positivo da leitura da Bíblia e da valorização da educação em suas famílias. Pentecostais também tiveram um desempenho um pouco melhor em português, mas ainda abaixo dos católicos (CUNHA, 2012).

Por que esta diferença educacional entre protestantes históricos e pentecostais? Uma possível explicação é que, mesmo que a variável escolaridade ligada à religião possa ser isolada das outras variáveis, como gênero, renda e cor, distorções podem persistir nas estatísticas. Como a maior parte dos neopentecostais é muito pobre, e muitas mães se convertem ao neopentecostalismo durante a vida, pode existir algum diferencial temporal em relação à educação dos filhos que seria proveniente da religião anterior. Além disso, o próprio processo de mudança da religião da mãe pode criar instabilidade familiar em um primeiro momento e, desta forma, prejudicar a educação das crianças.

Outra explicação possível refere-se ao perfil do clero. Os protestantes históricos possuem pastores educados formalmente com vários anos de estudo e portanto valorizam mais a educação. Pentecostais e neopentecostais, por outro lado, consideram a profissão pastoral derivada de um dom divino, e não da educação formal. Seu clero é, desta forma, recrutado entre a própria população

a que se pregará, o que faz com que seus líderes pastorais se aproximem muito mais das populações marginalizadas e contribui para uma maior aproximação com a comunidade. Essa desvalorização da educação do clero, contudo, pode se refletir numa desvalorização da educação no nível individual (POTTER, 2014). Ademais, pode ser questionado se a ênfase no misticismo que permeia o neopentecostalismo e a pressão por confiança absoluta no pastor não dirimem o senso crítico do fiel, parte essencial do processo de aprendizagem.

Dado esta aparente divergência entre a literatura sobre o assunto e os dados, e as possíveis distorções nos últimos, avaliar o impacto educacional e consequente contribuição para a formação de capital humano do crescimento do neopentecostalismo torna-se mais difícil. Possíveis impactos positivos sobre a educação, além disso, podem levar décadas para se manifestar e mesmo assim fazê-lo forma sutil.

2.3 Efeitos na saúde e psicológicos

Uma relação comumente estabelecida entre protestantes e maior nível de renda é sua menor propensão a utilizar drogas, ingerir álcool e apostar. O fato de não gastarem com estes itens permite que uma porção maior de sua renda reste ao fim do mês, compensando mesmo o efeito negativo do pagamento do dízimo. A renda adicional pode, desta forma, ser poupada ou investida na família. Adolescentes protestantes também têm menor propensão a engravidar, dado a restrição ao sexo antes do casamento, o que contribui para um melhor desempenho escolar e menores taxas de evasão (VERONA, 2011).

Não somente existe ampla evidência empírica que sustenta a relação entre protestantismo e melhor saúde de seu praticante, como estas características são compartilhadas por todos os subgrupos protestantes, desde os históricos até os neopentecostais. A melhor saúde do trabalhador, a longo prazo, também aumenta sua produtividade e diminui custos envolvendo

tratamentos medicinais (POTTER, 2014).

Quanto a possíveis efeitos psicológicos da religião sobre a renda, é importante observar que igrejas neopentecostais muitas vezes se assemelham a grupos de auto ajuda, contribuindo para a recuperação de dependentes químicos, alcoólatras e depressivos (VERONA, 2011). Protestantismo também é associado a uma maior obediência às regras, aversão à corrupção e à desonestidade e maior voluntarismo (POTTER, 2014). Além disso, pelo fomento de comunidades, mesmo que fechadas em si mesmas, nas quais prevalece um senso de solidariedade ao próximo e honestidade nas transações, a formação de um ambiente de negócios é favorecido.

3. A associação entre protestantismo e empreendedorismo e a seleção econômica de Weber

3.1 Introdução

Joseph E. Potter, Ernesto F. L. Amaral e Robert D. Woodberry (2014) concluíram em artigo que homens com baixa escolaridade que se converteram ao protestantismo apresentaram maiores níveis de renda do que antes da conversão. Já para homens com 5 anos ou mais de escolaridade, a conversão não surtiu efeito significativo. Verona (2011), por outro lado, concluiu que existe uma correlação entre o IDH dos Estados brasileiros e a proporção de protestantes nestes mesmos Estados. A maioria dos protestantes brasileiros são pentecostais ou neopentecostais; contudo, como desenvolvido no tópico anterior, ao contrário dos protestantes históricos, estes grupos não apresentam diferenciais educacionais. Por outro lado, o foco da ideologia da prosperidade no consumo e na renda prejudica a interpretação clássica de um comportamento ascético que limita os gastos e estilo de vida aos mais modestos níveis como a origem deste sucesso econômico. Os efeitos na renda provenientes da saúde persistem para os pentecostais assim como para os demais protestantes. Afora isso, o que explicaria o efeito positivo sobre a renda dos protestantes brasileiros?

Possivelmente, a relação entre o protestantismo e o desenvolvimento econômico poderia se fundamentar no incentivo da religião ao empreendedorismo. Afinal, a capacidade de gerar inovações e de integrá-las de forma dinâmica ao processo produtivo é parte essencial, se não o próprio cerne, do desenvolvimento econômico. Esta relação foi observada no protestantismo histórico, como se abordará na seção 3.2, e, de modo mais acentuado, em sua vertente neopentecostal.

Na seção 3.2, será defendida a hipótese de que, no longo prazo, o ideal liberal típico dos neopentecostais propagar-se-á na sociedade brasileira, abandonando as fronteiras delimitadas pela prática religiosa estrita e transfigurando-se em característica cultural majoritária no país. Na medida em que a difusão de valores liberais, meritocráticos e empresariais resultar em maior crescimento econômico, portanto, o crescimento da população evangélica nacional será a causa primeira desse desenvolvimento.

3.2 Protestantismo clássico, liberalismo e empreendedorismo

Ao contrário do catolicismo, no protestantismo o destino de uma pessoa está predeterminado desde o seu nascimento, como notaram Arye L. Hillman e Niklas Potrafke. Calvino e outros reformadores pregavam que os fiéis deveriam acreditar que estavam entre as pessoas predestinadas a serem salvas e, conseqüentemente, deveriam trabalhar, tanto para servir como um instrumento de Deus e cumprir seus desígnios como para superar as tentações terrenas. Como o cumprimento da vocação dada por Deus requer que se exerça a profissão de sua escolha, e portanto requer também a máxima liberdade econômica possível, haveria uma associação entre protestantismo e liberdade econômica (HILLMAN, 2016).

O Islã é, por exemplo, associado com menor liberdade econômica e maior concentração de autoridade e riqueza nos líderes religiosos. Os juroos ainda são em muitas regiões muçulmanas

inaceitáveis, e mulheres ainda possuem restrições quanto ao trabalho e aos estudos. O contraste com o protestantismo e seu estímulo à leitura da Bíblia, que aumentou o alfabetismo entre mulheres, é nítido. A pesquisa, com 137 países entre 2000 e 2010, encontrou uma associação positiva entre protestantismo e liberdade econômica, insignificante para o catolicismo e negativa para o islamismo. Maior religiosidade está associada a menor liberdade econômica também. O fato de que países protestantes atualmente caracterizam-se por baixa religiosidade, desta forma, significa que, além de preservarem estruturas econômicas liberais formadas em épocas de maior fervor religioso, possuem a maior liberdade relacionada com a baixa religiosidade da população (HILLMAN, 2016).

Além da maior relação com liberdade econômica, outro aspecto da religião no desenvolvimento econômico é sua relação com o comportamento empresarial. Luca Nunziata e Lorenzo Rocco mostraram esta correlação positiva na região suíça do antigo Sacro Império Romano Germânico, comparando os dados dos protestantes com comunidades cristãs e concluindo que o protestantismo tem uma probabilidade 5% maior de estimular o empreendedorismo do que o catolicismo. A diferença primordial entre os dois grupos se deveria a uma consciência majoritariamente comunitária entre os protestantes, em contraste com a consciência majoritariamente individualista católica. Além disso, o fato de os protestantes serem minorias em diversas sociedades reforça seus vínculos como grupo social, criando canais e relações humanas essenciais para o estabelecimento de um negócio. Os resultados de Nunziata e Rocco, contudo, estão associados à condição de protestantes como minoria. Caso contrário, as correlações indicadas inexistem (NUNZIATA, 2014).

Furnham também relacionou a religião ao empreendedorismo, apontando que a ética protestante de trabalho – que se caracteriza pelo trabalho árduo, pela racionalidade e frugalidade –

incentivou a formação de gerações voltadas para conquistas. Para embasar o argumento, o autor cita um estudo de McClelland, de 1961, que relacionou estes valores à formação de empreendedores de sucesso. O comportamento de pessoas bem-sucedidas se assemelharia à ética de trabalho dos fiéis mais ferrenhos do protestantismo (FURNHAM, 1987).

O protestantismo clássico, contudo, não é o neopentecostalismo; e o comportamento ascético não é o mesmo que o comportamento estimulado pela teologia da prosperidade. Embora o trabalho árduo seja valorizado em ambas as correntes, o neopentecostalismo é mais enfático nesse aspecto e até incentiva a ambição pelo ganho e o consumo como sinais de ascensão social. O enfoque na meritocracia também parece ser muito maior no neopentecostalismo. O que cabe analisar é, conseqüentemente, se o estímulo empresarial proveniente deste último é menor, maior ou semelhante do que o mesmo estímulo proveniente do protestantismo clássico.

3.3. Neopentecostalismo e a seleção econômica

Embora os evangélicos talvez já não possam ser considerados uma minoria expressiva, constituindo mais de um quinto da atual população brasileira¹⁶, a importância da religião como cimento de um grupo coeso somente é necessária em seus estágios iniciais. De fato, uma observação essencial na obra de Weber e normalmente negligenciada na discussão sobre os impactos culturais do protestantismo é a de que a religião protestante só foi necessária como “vetor” inicial de um comportamento até então inédito na sociedade, o comportamento ascético. Após a introdução inicial no sistema de um modo novo de agir em um grupo específico, o sistema capitalista trata de “selecionar” este comportamento como superior caso este se adeque às suas necessidades. A analogia com a seleção natural de Darwin só seria possível, pode se deduzir do pensamento weberiano, em um sistema com ampla mobilidade social. Ao final do processo, dadas as vantagens

econômicas do novo comportamento introduzido, a elite da sociedade seria representante deste comportamento. Como Weber colocou, o protestantismo foi o “fruto prematuro” do racionalismo econômico.

O capitalismo hodierno, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da seleção econômica, os sujeitos econômicos - empresários e operários - de que necessita. (WEBER, 2004 [1905]).

A religião, posteriormente, não é mais necessária à manutenção deste padrão cultural. Evidências empíricas foram encontradas por Hillman e Potrafke de que, mesmo com uma tendência à secularização e baixa religiosidade, as estruturas culturais e institucionais herdadas de um passado mais religioso persistem na sociedade e influem em seu desenvolvimento econômico (HILLMAN, 2016). Weber introduziu a ideia ao dizer que:

É que ela [a ordem econômica capitalista] não precisa mais se apoiar no aval de qualquer força religiosa e, se é que a influência das normas eclesásticas na vida econômica ainda se faz sentir, ela é sentida como obstáculo análogo à regulamentação da economia pelo Estado. A situação de interesses político-comerciais e político-sociais costuma então determinar a ‘visão de mundo’. (WEBER, 2004 [1905])

Weber está aqui, claramente, falando do comportamento capitalista como um imperativo, o qual os agentes devem adotar de modo a subsistir neste sistema. Em sua edição posterior, de 1921, ele foi ainda mais explícito: “Aquele que em sua conduta de vida não se adapta às condições de sucesso capitalista, ou afunda ou não sobe”. (WEBER, 2004 [1905]).

O desenvolvimento econômico, portanto, não é resultado da religião em si, e sim do comportamento capitalista que ela carrega. Uma

vez introduzido e disseminado este comportamento na sociedade, a religião é desnecessária. Implicitamente, somente numa sociedade com ampla mobilidade social e poucas barreiras à ascensão individual através do esforço esta “seleção econômica” pode se realizar de forma completa.

Estendendo o argumento de Weber, a análise do protestantismo brasileiro é melhor realizada quando se considera este grupo religioso o portador de um novo ideal social, baseado na meritocracia e no liberalismo econômico. A priori, uma vez iniciada a seleção econômica, a disseminação do comportamento inicial não é restrita ao grupo inicial; logo é de se esperar que, em uma sociedade de mobilidade social ampla, o comportamento meritocrático protestante se espalhe também para não protestantes no longo prazo.

A questão que se coloca, desta forma, é a imensa desigualdade social na sociedade brasileira, que constitui um obstáculo em si à mobilidade social. É, de certa forma, um paradoxo que embora o ideal neopentecostal aproxime-se do liberalismo e dê primazia à iniciativa privada, os fundamentos necessários para a redução da desigualdade social sejam um Estado de bem estar-social que garanta oportunidades iguais de educação, saúde e renda. Hillman e Potrafke acreditam que o protestantismo é compatível com o estado de bem-estar social, desde que os benefícios sejam associados ao trabalho (HILLMAN, 2016).

A ascensão de uma nova classe média no Brasil é liderada, segundo Roberto Mangabeira Unger, por uma “frente” pequeno-burguesa composta principalmente por neopentecostais. Ao contrário da classe média estabelecida, mais associada às profissões liberais e ao funcionalismo público, esta nova classe vem de baixo, é mestiça, acredita na meritocracia e acredita ser independente do Estado. Nas palavras do professor,

não é uma perspectiva proletária ou industrial. É uma perspectiva empreendedora de

“batalhadores da escala social], porém já comprometidos com uma nova cultura de autoajuda e iniciativa?”

Em outras palavras, Unger aqui se refere ao processo de disseminação cultural que constitui a seleção econômica, sem chamá-la propriamente pelo nome.

O ideal meritocrático neopentecostal não difunde-se somente para baixo, contudo, e alcança também a classe média tradicional² e minorias como as comunidades indígenas³. Por trás disso tem havido um contínuo esforço de desconstrução da caricatura do evangélico, de crente fanático e preconceituoso, em favor de uma nova visão relacionando-o ao homem bem-sucedido, independente e vencedor na vida.

Silvia Bertani defende que os neopentecostais iurdianos – isto é, provenientes da Universal – formam a base de uma “nova classe média” em ascensão social, baseada em princípios empreendedores (BERTANI, 2016). O ideal empreendedor surge, segundo Bertani, não só na defesa da tríade disciplina, esforço e fé como meio de alcançar a prosperidade, mas também do capital social que é formado pelo pertencimento à um grupo religioso, ao qual ela chama “capital espiritual”. As comunidades religiosas proveriam para o indivíduo a possibilidade de se conectar a redes sociais nas quais encontra o princípio da ajuda mútua e oportunidades de negócio, ambos favoráveis ao desenvolvimento empresarial. Ghoshal, citado pela autora, observou que também podem ser citados como vantagens no mercado a ausência de comportamentos oportunistas, a proximidade entre os indivíduos e a diminuição dos custos de transação.

Podem existir restrições quanto à ideia da propagação desses ideais além do ambiente evangélico, dado que seus ciclos religiosos normalmente são circunscritos e voltados a si mesmos. Contudo, existem razões para acreditar que, mesmo que os evangélicos existam em comunidades fechadas, a seleção econômica

acabará por “transbordar” seu comportamento para o resto da sociedade. A primeira delas é que as igrejas (neo)pentecostais são abertas a todo tipo de pessoa que queira se evangelizar, quase sem quaisquer restrições de cunho moral e social; negros, amarelos, pobres, ricos, drogados, alcoólatras, ex-presidiários, são todos aceitos em seu ambiente. Os pecados que estas pessoas possam ter cometido em seu passado são considerado fruto do Diabo, um mal que deve ser extirpado. Esta possibilidade de recomeço quase ilimitado da vida é uma das características que contribuem para atrair continuamente novos fiéis para expandir as fileiras destas igrejas.

Em segundo lugar, é preciso separar o comportamento meritocrático estimulado pelo ideal religioso dos próprios dogmas da religião. Tal qual na análise de Weber do protestantismo clássico, o grupo religioso é apenas o portador de um comportamento novo na sociedade e a religião não é mais necessária após esse impulso inicial. De fato, Weber não só notou uma tendência para a secularização no longo prazo - tendência que não arrefeceu os efeitos do ascetismo já disseminado pela sociedade - como observou que os efeitos econômicos do dogma religioso eram marginais e não intencionais, e, portanto, fora do controle das autoridades religiosas.

Terceiro, o comportamento dos vencedores em qualquer sociedade normalmente é replicado pelo restante da comunidade, visto como uma forma de se obter sucesso e vencer na vida. Moradores da favela que observam o avanço de vizinhos, não só material mas também psicológica e socialmente, tendem a se interessar pelo “cesto de ouro” que permite tal mudança qualitativa de vida. A réplica do comportamento alheio é facilitada pelo sincretismo religioso característico da cultura brasileira, em que diferentes credos se misturam na crença popular, formando um mosaico religioso dinâmico. Esse pluralismo religioso está, conforme evidências coletadas por Robert Barro (BARRO, 2007), associado positivamente à taxa de conversão para outras religiões, e deve

facilitar a propagação dos valores neopentecostais. Unger também notou esse fenômeno, ao afirmar que, atrás da pequeno-burguesia neopentecostal na escada da pirâmide social, vem batalhões de “batalhadores” e trabalhadores inspirados pelos princípios de meritocracia e esforço neopentecostal⁹.

Evidências empíricas de que princípios meritocráticos e liberais se espalham pelas periferias podem ser encontradas na pesquisa da Fundação Perseu Abramo¹¹. Diversas entrevistas foram realizadas entre 2016 e 2017 em regiões periféricas com pessoas que deixaram de votar no Partido dos Trabalhadores a partir das eleições de 2012. Entre diversas características observadas, estavam a indistinção ideológica e política; a crença de uma relação mútua entre trabalhador e empregador, oposta à ideia de luta de classes; e a tendência à auto-classificação social como pertencente à classe média, por rejeição ao conceito de pobreza. Talvez o traço mais marcante da entrevista, contudo, seja a percepção de que o principal confronto da sociedade se dá entre os cidadãos e o Estado, com críticas à excessiva burocracia e regulamentação, má gerência da economia e ao alto volume de impostos.

Quanto aos valores expressados pelos entrevistados, figuram um forte desejo de provação de suas capacidades dentro do mercado, de forma a distingui-los das “massas pobres”; desejo por ascensão social; e crença na meritocracia, mesmo com o reconhecimento de diferenças de oportunidade. Além disso, os autores da pesquisa citam como traços marcantes dos entrevistados a expressão do consumo como meio de ascensão social, a crença de que Deus ajuda a quem se esforça, a valorização do mercado em detrimento do setor público e do individualismo em detrimento de ideais comunitários (exceto no ambiente da família, da Igreja e da vizinhança). Por fim, muitos expressam desejo de se tornarem empreendedores, de forma a livrar-se do patrão, poder gerir seu próprio tempo, poder trabalhar perto de casa e deixar uma herança para a família.

Seria difícil encontrar manifestação mais pura de uma ideologia essencialmente liberal, calcada na valorização social baseada no esforço, trabalho e inovação. Os próprios autores da pesquisa reconheceram a contribuição das Igrejas Neopentecostais para a disseminação desta cultura nas periferias.

Ricardo Mariano criticou a tese de que o crescimento do neopentecostalismo poderia estar associado de alguma forma a maior incentivo para o capitalismo ou para o desenvolvimento econômico. A primeira de suas discordâncias vem na forma da constatação da oposição entre o comportamento ascético e o ideal da teologia da prosperidade. Enquanto o primeiro resulta, não intencionalmente, em trabalho árduo e maior poupança, a busca desenfreada por riqueza do neopentecostalismo abandona a disciplina ética que possibilitaria a formação dessa mesma riqueza. Para Mariano, apesar de a teologia da prosperidade aceitar sem restrições o sistema capitalista, seu único impulso econômico adviria de seus benefícios psicológicos ao indivíduo, como “melhora da auto-estima, aumento da autoconfiança, vontade de prosperar, esperança no futuro” (MARIANO, 1999).

Contudo, escapa a Mariano que os benefícios econômicos neopentecostais, embora divergentes dos benefícios ascéticos, podem ser tão ou mais favoráveis à melhora da economia como um todo. Isso porque são justamente esses benefícios psicológicos a que Mariano se refere que constituem a base de um imenso desejo de inovar e empreender. Em um mundo em que vigora a Quarta Revolução Industrial e em que a robótica substitui o trabalho humano, a importância do trabalho árduo diminui consideravelmente e aumenta a das inovações e serviços possibilitados pelo empreendedorismo nascente. Não só a relevância do trabalho árduo diminui, como também é necessário notar que a maior parte da poupança brasileira é realizada por empresas, e não famílias, na proporção de 18,67% para 4,84% do PIB (na média dos valores no período de 2000 a 2013)¹⁹. Neste cenário, qualquer mudança positiva ou

negativa na poupança de um grupo religioso específico tem impactos negligenciáveis se comparados aos que o comportamento ascético induziu na gênese do capitalismo europeu.

Continua Mariano:

Uma religião densamente sacral, 'mágica', antiintelectualista e cada vez menos ascética, como a pentecostal, seguramente apresenta pouca afinidade com o chamado espírito do capitalismo (MARIANO, 1999).

De fato, um dos motivos para a ascensão da Igreja Neopentecostal foi a adoção de simbolismos e ritualismos abandonados pela Igreja Católica. Neste cenário a transição para o neopentecostalismo pode ser um jogo de soma zero, em que nenhuma dose maior de racionalidade é incorporada ao viés cultural, tal como o foi pelo ascetismo na Europa. Existe margem mesmo para argumentar que a dose de irracionalidade neopentecostal é muito maior do que a que estava presente no catolicismo brasileiro, utilizando-se imagens dos exorcismos e transe comuns em missas de igrejas como a Universal.

Entretanto, este comportamento místico possivelmente se restringiria à minoria de fé mais extremada em um futuro próximo. O processo de disseminação cultural, facilitado mesmo pelo sincretismo religioso, funcionaria como um "filtro" pelo qual só passariam características culturais essencialmente econômicas. Isto porque a religião, como Weber apresentou em sua tese original sobre o ascetismo, é apenas "vetor" inicial de um comportamento inédito na sociedade. Neste caso, as características intrinsecamente religiosas, envolvendo a irracionalidade baseada no misticismo, diferem das características culturais e econômicas "carregadas" pela religião e que poderiam se disseminar para o restante da sociedade. Este comportamento do grupo como portador inicial das novas ideias foi bem definido por

Weber:

Para que essas modalidades de conduta de vida e concepção de profissão adaptadas à peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido 'selecionadas', isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por grupos de pessoas. (WEBER, 2004 [1905])

Após a introdução inicial do novo comportamento através da religião, "a situação de interesses político-comerciais e político-sociais costuma então determinar a 'visão de mundo'" (WEBER, 2004[1905]).

Mariano também diz que, como o pentecostalismo está presente há nove décadas, o argumento de que seus benefícios econômicos ainda estariam "latentes" não faria sentido. Contudo, o neopentecostalismo é diferente do pentecostalismo, e sua maturidade só veio a ser alcançada no Brasil nos anos 80 e 90. Além disso, os evangélicos ainda constituíam somente 5,2% da população Brasileira em 1970¹⁶, enquanto em 2017 eram 30% da população².

Por fim, Mariano argumenta que há uma supervalorização de algumas características evangélicas, como "o voluntarismo, autogoverno, iniciativa pessoal", dado que estas qualidades seriam estimuladas apenas nas lideranças pastorais. Protestantes, todavia, se organizam em comunidades de auto-ajuda em que são organizados eventos sociais dos mais diversos tipos, como acampamentos religiosos para os jovens. Estes ambientes de interação social são uma oportunidade para que o adolescente desenvolva habilidades comunicativas e autoconfiança, além de formar vínculos sociais favoráveis ao posterior desenvolvimento de relações empresariais.

4. Conclusão

Como defendido neste artigo, há evidências para supor que o crescimento do neopentecostalismo nas periferias contribuirá

positivamente para a disseminação de uma cultura liberal, meritocrática e empresarial entre a população brasileira. Entretanto, há limites sociais e estruturais para a ascensão desta “nova classe média” - como foi chamada a classe C por alguns autores -, principalmente no que concerne a uma educação pública ainda de baixíssima qualidade, padronizada e adaptada ao século XIX. Como notado anteriormente, a desigualdade social impede a ampla mobilidade social e desestimula o processo de seleção econômica natural do capitalismo. O desenvolvimento de um sistema educacional moderno e adaptado ao século XXI é condição, portanto, para a formação do capital humano e para o estímulo à mudança cultural necessários ao posterior desenvolvimento econômico do Brasil.

De fato, são adversas as consequências da expansão evangélica no longo prazo. Não só foram encontradas evidências de que pode haver efeitos educacionais líquidos negativos oriundos da religião, como também possível impacto negativo do dízimo sobre a renda e poupança do fiel e uma tendência ao irracionalismo individual e grupal. Esta não parece ser a construção do homo economicus pautado pela extrema racionalidade, originário do ascetismo do protestante clássico.

Além disso, a rápida e forte expansão do meio neopentecostal na política suscita dúvidas sobre a possibilidade de influência religiosa em um estado laico. A bancada evangélica no Congresso atualmente comporta 93 membros deputados, e espera expandir-se para 150 nas eleições de 2018¹⁷, enquanto partidos evangélicos crescem e seus candidatos assumem cargos executivos importantes no país. Uma das bases da tese que relaciona o protestantismo à liberdade econômica é justamente sua contraposição à Igreja Católica, tradicionalmente envolvida com o Estado em seus mais diversos níveis (SOUZA, 2007). Portanto, caberia perguntar: a expansão e projeto de poder neopentecostais na política não seriam prejudiciais à laicização do Estado e à liberdade individual? Afinal, deputados evangélicos são conhecidos por

oposição extrema a pautas progressistas como aborto, casamento homoafetivo e direitos da mulher, como a igualdade salarial. Na medida em que essa expansão se reflita no impedimento do avanço destes tópicos, e já se reflete, benefícios econômicos da liberdade individual poderão ser prejudicados.

Referências

1. ANUATTI-NETO, F.; NARITA, D. T. A influência da opção religiosa na acumulação de capital humano: um estudo exploratório. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 453-486, Set. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.p?script=sci_arttext&p_id=S0101-41612004000300003&lng=en&nrm=iso>, acesso em 29/05/2018.
2. BALLOUSSIER, A.V. Igreja Universal faz 40 anos e realiza sonho de alcançar classe média alta. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1899617-igreja-universal-faz-40-anos-e-realiza-sonho-de-alcancar-classe-media-alta.shtml>>, acesso em 29/05/2018.
3. _____. Evangelização indígena inclui oferta de cesta básica e obra de Edir Macedo. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/evangelizacao-indigena-inclui-oferta-de-cesta-basica-e-obra-de-edir-macedo.shtml>>, acesso em 12/06/2018.
4. BARRO, R. J., HWANG, J. Religious conversion in 40 countries, 2007, NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH
5. BECKER, S. O., WOESSMANN, L. Was Weber Wrong? A human Capital Theory of protestant economic history. *The Quarterly Journal of Economics* – may, 2009.
6. BERTANI, S. M. N. S. Neopentecostalismo e empreendedorismo: prosperidade e mobilidade social: uma nova classe média?, Ph.D. thesis, 2016, Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
7. BILENKY, T. Ascensão evangélica é positiva, diz Roberto Mangabeira Unger. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1829646-ascensao-evangelica-e-positiva-diz-mangabeira.shtml>>, acesso em 29/05/2018.
8. CUNHA, N. M. Religiosidade e desempenho escolar: o caso dos jovens brasileiros da região metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5027>>, acesso em 29/05/2018.
9. EVELIN, G., GRISOTTO, R. Roberto Mangabeira Unger: “Estamos numa revolução subjetiva”. Disponível em <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/04/roberto-mangabeira-unger-estamos-numa-revolucao-subjetiva.html>>, acesso em 29/05/2018.
10. FRANÇOIS, D., H. J. “THE CONTRACT WITH GOD: Patterns of Cultural Consensus across Two Brazilian Religious Communities.” *Journal of Anthropological Research*, vol. 69, no. 3, 2013, p. 347–372. JSTOR, JSTOR. Disponível em <www.jstor.org/stable/24393653>. acesso em 29/05/2018.
11. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>>, acesso em 10/06/2018.
12. FURNHAM, A. (1987), Predicting protestant work ethic beliefs. *Eur. J. Pers.*, 1: 93-106. doi:10.1002/per.2410010204
13. HILLMAN, A. L., POTRAFKE, N., Economic Freedom and Religion: An Empirical Investigation (2016) - *Public Finance Review*
14. HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Companhia das Letras, 2015.

15. LESSA, R. Um Brasil de maioria evangélica. Disponível em <http://www.valor.com.br/cultura/5341121/um-brasil-de-maioria-evangelica>>, acesso em 20/05/2018.
16. MARIANO, R. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. Edições Loyola, 1999.
17. MURAKAWA, F. Evangélicos querem eleger 150 deputados e 15 senadores este ano. Disponível em <http://www.valor.com.br/politica/5257923/evangelicos-querem-eleger-150-deputados-e-15-senadores-este-ano>>, acesso em 10/06/2018.
18. NUNZIATA, L. and ROCCO, L. (2014): The Protestant Ethic and Entrepreneurship: Evidence from Religious Minorities from the Former Holy Roman Empire. Disponível em <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/53566/>>, acesso em 29/05/2018.
19. OREIRO, J. L. Poupança: escolhas ou composição? (Diário de Comércio e Indústria – 28/03/2018). Disponível em <https://ilcoreiro.wordpress.com/2018/03/28/poupanca-escolhas-ou-composicao-diario-de-comercio-e-industria-28-03-2018/>>, acesso em 11/06/2018
20. PASSOS, P.. Neopentecostalismo na mentalidade do povo brasileiro: um deslocamento da fé para o mercado (2009). Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/873/0>>, acesso em 08/06/2018.
21. POTTER, J. E., AMARAL, E. F. L. A., and WOODBERRY, R. D. “The Growth of Protestantism in Brazil and Its Impact on Male Earnings, 1970–2000.” Social forces; a scientific medium of social study and interpretation 93.1 (2014): envolvimento econômico da Europa e América 125–153. PMC. Web. 29 May 2018.
22. ROSA, João Luiz. A fé em movimento. Disponível em <http://www.valor.com.br/cultura/5171954/fe-em-movimento>>, acesso em 22/05/2018.
23. SOUZA, Jessé. A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 13, n. 38, Out. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10/06/2018
24. SOUZA, Nilson L. Z. Religião e desenvolvimento: uma análise da influência do catolicismo e protestantismo no desca, Master’s thesis, 2007, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
25. TORRES, Roberto. O neopentecostalismo e o novo espírito do capitalismo na modernidade periférica. UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. CEPEDS – Centro de Pesquisas sobre Desigualdade Social. Juiz de Fora - Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 85-125, jul./dez. 2007
26. VERONA, Ana Paula, DE LIMA, Luciana Conceição, SIVIERO, Pamila Cristina Lima, JUNIOR, Eduardo Marandola, MODESTO, Francine and MACHADO, Carla Jorge, (2011), A relação entre a proporção de protestantes e IDH nos estados do Brasil: uma abordagem ecológica, Textos para Discussão Cedeplar-UFMG, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em <https://EconPapers.repec.org/RePEc:cdp:texdis:td423>>, acesso em 29/05/2018.

ARTIGO

27. WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Companhia das Letras, 2004.

28. YAMAMOTO, Karina. No Brasil, apenas 8% têm plenas condições de compreender e se expressar. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/29/no-brasil-apenas-8-escapam-do-analfabetismo-funcional.htm>>, acesso em 20/05/2018